Por Antonio Penteado Mendonça

O resultado será o aumento da transferência dos custos da saúde pública para as operadoras privadas

A saúde pública brasileira está doente. A notícia não é boa para os planos de saúde privados. Parte dessa conta vai ser transferida para eles e o custo extra não está precificado.

A discussão é complexa. De um lado temos um contrato que deveria ser respeitado e de outro, a visão majoritária do Judiciário que entende que a vida humana não pode ser colocada em risco e por isso concede liminares para procedimentos que não estão previstos no plano ou mesmo na lei. Como decisão judicial se cumpre, os planos pagam os procedimentos e ficam com o prejuízo.

Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, aqui as operadoras de saúde privadas devem reembolsar o SUS pelo atendimento dado aos seus clientes. Tanto faz se o cliente, antes de ser cliente, é cidadão e por isso tem direito à assistência à saúde nos termos previstos na Constituição. O legislador brasileiro, numa pérola de interpretação da Lei Maior, decidiu que é assim e contra lei não há o que fazer. A avenida é de mão única. Os procedimentos não cobertos, mas pagos pelos planos morrem neles. Não há a possibilidade do ressarcimento junto ao governo.

Não existe almoço de graça. Para os planos fazerem frente aos compromissos cobertos ou não, é necessária a existência de um fundo de onde o numerário para custear a operação é sacado. Quem paga esse fundo, ou seja, quem banca a operação, é o consumidor, os 50 milhões de brasileiros cobertos pelos planos de saúde privados.

Ao contrário do que muita gente imagina, não são as operadoras que pagam os tratamentos. Elas até podem adiantar o dinheiro, mas em algum momento vão buscá-lo de volta, no reajuste das mensalidades de seus clientes. E está correto ser assim. Se a operadora ficar com a conta, há o risco de clientes que nunca usaram o plano, na hora de necessidade, ficarem sem atendimento porque a empresa não tem mais recursos para custear as despesas.

O ano que vem será um ano particularmente complexo. A economia não irá bem, independentemente das medidas adotadas para saneá-la. Antes de retomar o crescimento, a nação tem que fazer a lição de casa para desfazer todos os equívocos praticados nos últimos anos porque a Presidente da República imagina que entende de economia.

Para baixar a inflação é indispensável cortar custos, aumentar impostos, investir em medidas capazes de readequar a competitividade do país. Isso pode ser feito - e deve ser feito -, mas custará caro para a sociedade.

Se tudo der certo, o ano de 2015 acaba com a economia empatada. Se algo escapar da forma, o país perde o jogo. É neste cenário que as operadoras terão que enfrentar as consequências das enormes deficiências da rede pública de saúde.

Os hospitais que atendem o SUS estão em boa parte sucateados. Pagamentos insuficientes, corrupção, incompetência administrativa e baixa remuneração são complicadores difíceis de serem consertados, especialmente numa quadra de crise.

Não é crível que, ao longo do ano que vem, o governo mude sua postura e passe a investir nos patamares necessários para resgatar o atendimento à saúde da população. Evidentemente, algumas medidas serão implementadas com sucesso, mas não serão suficientes para modificar o quadro.

O resultado será o aumento da transferência dos custos da saúde pública para as operadoras privadas. Com uma agravante séria: pessoas atualmente atendidas pelos planos privados correm o

risco de perder seus empregos em função da recessão que atinge a indústria nacional. Como grande parte dos planos de saúde privados é custeada pelas empresas, a dispensa de funcionários significa a diminuição do faturamento das operadoras de saúde.

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. De um lado a pressão sobre os planos em função da transferência de procedimentos não cobertos para sua conta. De outro a diminuição do faturamento pela exclusão de segurados. As duas coisas agravadas pela crise, pela inflação e pela desvalorização do real. Na medida em que os últimos balanços de várias delas não trouxeram números bons, com certeza será um ano no mínimo complicado para várias operadoras privadas.

Fonte: SindSegSP, em 05.12.2014.